



Artigos Originais

Para além da “fuga da realidade”: outras motivações para consumo de psicoativos na contemporaneidade

Beyond the "escape from reality": other motivations for consumption of psychoactive drugs

Júlio Delmanto¹

¹Mestre em História Social, Universidade de São Paulo (USP), SP - Brasil

RESUMO - Nas palavras de Howard Becker, “tanto especialistas quanto leigos interpretam comumente o uso de drogas como uma ‘fuga’ de algum tipo de realidade que o usuário supostamente considera opressiva ou insuportável”. Partindo desta chave explicativa como insuficiente para a análise do recurso à alteração de consciência através dos diversos usos de diversas drogas, cada uma com sua história e cultura de uso, este artigo pretende apresentar outras possibilidades e hipóteses de motivações para o consumo de psicoativos na contemporaneidade e questionar se é possível, ao contrário do que invariavelmente pensou a esquerda brasileira, “mobilizar as energias da embriaguez para a revolução”.

Palavras-chave: Drogas; Proibicionismo; Esquerda.

ABSTRACT - In the words of Howard Becker, "both experts and lay people commonly interprets the use of drugs as an 'escape' of some kind of reality that the user considers supposedly oppressive and intolerable." Starting from this explanatory key, and taking it as insufficient for the analysis of the use of consciousness alteration through the diverse uses of several drugs, each with its own history and culture of use, this article intends to present other possibilities and motivations for the consumption of psychoactive drugs in contemporary times and questions if it is possible, contrary to what invariably thought the Brazilian left, "mobilize the energies of intoxication for the revolution."

Keywords: Drug; Prohibition; Leftist Organizations.

1. INTRODUÇÃO

Em *O mal-estar na cultura*, Sigmund Freud¹ aponta que “a vida, tal como nos é imposta, é muito árdua para nós, nos traz muitas dores, desilusões e tarefas insolúveis. Para suportá-la, não podemos prescindir de lenitivos” de três tipos distintos: “distrações poderosas que nos façam desdenhar nossa miséria, satisfações substitutivas que a amenizem e entorpecentes que nos tornem insensíveis a ela”.

Tomando a aspiração à felicidade como finalidade e propósito da vida humana, Freud distingue dentro deste âmbito uma meta positiva e uma negativa: “por um lado, a ausência de dor e desprazer, por outra, a vivência de sensações intensas de prazer”, e pontua que os métodos “mais interessantes” para evitar o sofrimento são aqueles que buscam influenciar o organismo. Para o pai da psicanálise, “o método mais grosseiro, mas também o mais eficaz de se obter tal influência, é o químico, a intoxicação”; assim,

o êxito dos tóxicos na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão apreciado como benefício que tanto indivíduos quanto povos lhe concederam um lugar fixo na sua economia libidinal. Não se deve a eles apenas o ganho imediato de prazer, mas também uma parcela ardentemente desejada de

independência em relação ao mundo externo.

Como salienta Becker², “tanto especialistas quanto leigos interpretam comumente o uso de drogas como uma ‘fuga’ de algum tipo de realidade que o usuário supostamente considera opressiva ou insuportável”. O uso de psicoativos é concebido, nesta visão, como “uma experiência em que todos os aspectos penosos e indesejados da realidade passam para o segundo plano e não precisam ser enfrentados”. “A realidade é, claro, compreendida como se espreitasse nos bastidores, pronta para dar um chute no traseiro dos usuários assim que ele ou ela aterrissar”, conclui

Autor correspondente

Júlio Delmanto

Rua Capote Valente, 1307. apto 35.

CEP 05409-003.

São Paulo - SP.

Email: juliodelmanto@hotmail.com

Artigo encaminhado 22/04/2013

Aceito para publicação em 25/05/2013

Becker, provocativo.

Em diferentes matizes e formulações, minha recém-defendida dissertação de mestrado³ demonstrou ao longo de seus capítulos ter sido esta a interpretação historicamente dominante no interior da esquerda brasileira sobre a motivação que explicaria a difusão e a presença do uso de drogas em distintas formações sociais humanas. Mesmo que tenha havido avanços no sentido de incorporação das formulações antiproibicionistas no interior de agrupamentos e setores da esquerda em nosso país, sobretudo a partir do nascimento e fortalecimento da Marcha da Maconha na segunda metade da década de 2000, a hipótese da “fuga” perpassa diversos deles em diferentes períodos.

Na dissertação citada, citei diferentes exemplos deste entendimento. Militante da luta armada, tendo atuado nos grupos Colina, VPR e VAR-Palmares, José Roberto Rezende⁴ vê a alteração de consciência como “válvula de escape”, “alternativa para uma participação política impossível”, e aponta que “a fuga da participação política podia levar à droga”. A visão é compartilhada por Frei Betto, que afirmou ser de “uma geração que, na década de 1960, tinha 20 anos. Geração que injetava utopia na veia e, portanto, não se ligava em drogas. Penso que quanto mais utopia, menos drogas”. Como bem resumiu Alex Polari⁵, vivia-se nos anos de chumbo a dicotomia entre “Heroísmo X alienação, como era visto por nós, que optamos pela luta armada; caretice X liberação, como era visto por eles, que entraram noutra” – ou luta ou drogas, fuga.

Ao comentar sobre um ex-companheiro que “virou hippie”, Alfredo Sirkis⁶ lembra que “fingíamos compreensão, mas no fundo desprezávamos aquela fraqueza, aquela incapacidade de fazer jus ao papel histórico reservado para a nossa geração”, e salienta também que sua organização, a VPR, desaconselhava “o contato com áreas de desbundados, gente que abandona a luta para ficar em casa puxando maconha”. Para o grupo Molipo, o consumo de “tóxicos” representava “alienação social”, um “escapismo cabotino que só interessa à Ditadura” – não à toa, Antonio Risério⁷ apontou: “para nós, naquele momento, a esquerda tradicional, assim como o intelectualismo acadêmico, era a estrada sinalizada, com barreiras e postos de vigilância ideológica a cada dezena de quilômetros”.

“Não sei se a esquerda brasileira refletiu sobre a política de drogas: se ela conseguiu encarar a droga de uma forma que não fosse a inversão simétrica da repressão da direita”, observou Fernando Gabeira⁵ e esse comentário certamente pode ser estendido para

além dos tempos de luta armada, em que a esquerda armada e disciplinada primava pelo sacrifício militante e por formas de controle e coerção que, tendo a liberdade como fim, abdicavam dela como meio. Se entre a “esquerda alternativa” teve menos eco, não por discordância, mas por omissão, a hipótese da fuga permaneceu permeando a trajetória de esquerda no Brasil nos anos 1980, como demonstra a trajetória do Partido dos Trabalhadores.

Nome importante na trajetória do PT, o jornalista Perseu Abramo⁹ avaliou, em texto de 1988, que a “insatisfação generalizada” que se vivia na época provocaria reações como “competição social desenfreada, cooptação a projetos empresariais e autoritários, carreirismo yuppista, consumismo ostensivo, alienação social e militante declarada”. “Quando não, a fuga pela via das drogas”, complementa. “Temos claro que o seu consumo representa menos uma necessidade para o movimento de massas do que o resultado, para a juventude, da crise econômica e social do regime”, acreditava, por sua vez, a direção da Convergência Socialista, que apontava também que “muitos consomem drogas para reaver a sensibilidade e as emoções que, sem elas, já não podem expressar. Esse artifício - o uso de drogas para sentir - indica o quanto o homem se separou de sua própria espécie”. “Entretanto, mesmo essa busca individual de ruptura dessa condição é alienada, por não apontar contra as suas causas (a existência da sociedade capitalista) e sim contra os seus reflexos”, concluía o agrupamento trotskista.

Assim como a Convergência, outro grupo trotskista, a OSI – da qual derivou a corrente O Trabalho, até hoje proibicionista – chegou a proibir o consumo de drogas entre seus militantes, que corriam risco de expulsão se infringissem tal regra. Se no restante do PT a mesma veemência não era encontrada, tampouco formulações alternativas foram apresentadas, o que resultou em uma prática política marcada, desde os anos 1980, como demonstram os documentos e resoluções citados na dissertação anteriormente referida, pela ambiguidade: ao mesmo tempo em que fazia considerações genéricas sobre a necessidade de deslocar a questão das drogas da segurança pública para a saúde, o partido invariavelmente propunha o combate ao narcotráfico como forma de se lidar com o tema.

Ambiguidade que se fica menos presente em Dilma Rousseff, claramente proibicionista, permeia também a trajetória do ex-presidente Lula, principal figura da história do partido, quando falou sobre o tema, e até de uma organização que nasce a partir de desavenças no interior do PT, o PSOL, que mesmo tendo parte de

sua juventude engajada na organização de Marchas da Maconha ao redor do país ainda convive com posições contrárias à legalização, como as de Ivan Valente e, em maior ênfase, de Heloísa Helena, que assim como Valente já presidiu o partido. Plínio de Arruda Sampaio, que chegou a defender a legalização da maconha em sua campanha presidencial de 2010, também segue os colegas neste aspecto: “há drogas e drogas. Há drogas que são culturais. Há drogas que já são uma exploração capitalista”, apontou, antes de concluir: “Caberia a gente perguntar antes: por que tanta gente foge da realidade? Pois se a realidade ta tão boa, se o país ta tão bom por que tem gente que foge pra se divertir? Porque é uma sociedade enferma”.

Até entre grupos considerados como pertencentes ao espectro distante do partidário este entendimento se faz presente, como os exemplos de movimentos de moradia e do Ocupa Sampa demonstram¹⁰ ao buscarem controlar o consumo de substâncias ilícitas e mesmo lícitas em seu interior.

Mesmo que não possa ser descartada a priori como forma de entendimento para todas as formas de usos de substâncias alteradoras de consciência, esta hipótese de “fuga da realidade” como chave explicativa do uso de drogas é insuficiente e limitadora para a análise de uma questão de tamanha complexidade. A intenção deste artigo não é refutá-la, mas trazer à tona outras possíveis motivações e papéis do recurso à alteração de consciência na contemporaneidade, buscando contribuir para uma compreensão mais ampla deste fenômeno presente na humanidade desde tempos imemoriais.

Se não pode necessariamente ser descartada para todas as formas de consumo das diferentes drogas, a hipótese da fuga da realidade como generalizante deve ser olhada com desconfiança, uma vez que busca generalizar diversos usos de diversas substâncias – feitos por diversos tipos de pessoas inseridas em ainda mais diversos contextos sociais – dentro da mesma chave explicativa. Eduardo Viana Vargas¹¹ aponta que para a compreensão da “tenacidade do uso não medicamentoso de drogas” geralmente são colocadas as questões “por que as pessoas usam drogas?” ou “o que significa usar drogas?”, para as quais as respostas invariavelmente seguem um padrão:

O porquê ou o significado do uso de drogas são regularmente imputados a uma falta ou fraqueza, física e/ou moral, psíquica e/ou cultural, política e/ou social. Dito de um modo mais prosaico, habituamo-nos a pensar que o consumo de drogas seria uma resposta a uma crise ou a uma carência qualquer:

consumem-se drogas porque faltam saúde, afeto, cultura, religião, escola, informação, dinheiro, família, trabalho, razão, consciência, liberdade etc.

As pessoas utilizariam “drogas” diante das faltas que o mundo impõe, optando concomitantemente por fugir dele. Pioneiro no estudo sobre consumos de drogas no Brasil, Gilberto Velho refuta essa premissa, não necessariamente por seu conteúdo mas por classificar “as pessoas em função de sua relação com os tóxicos”¹². Partindo do pressuposto de que não existe um uso de drogas por si, sendo este apenas definido pela forma como cada indivíduo se relaciona com a substância, Velho analisou em *Nobres & Anjos* a utilização de “tóxicos” como “apenas um ponto de partida para tentar fazer uma análise sistemática de certos estilos de vida e visões de mundo que estariam associados a esse comportamento considerado, em princípio, pela sociedade abrangente, como transgressor, anormal etc.”. Velho faz questão de enfatizar a necessidade de se compreender a diversidade do universo dos usuários de drogas:

Esse universo, no entanto, está longe de ser homogêneo ou monolítico, e é problemática a afirmativa da existência de um sentimento de solidariedade entre as pessoas que usam tóxicos. As diferenças internas, em termos do tipo de tóxico utilizado, faixa etária, características de estrato social, vão marcar, em muitas situações, fronteiras bastante nítidas. E é por isso que falo em estilos de vida e quero enfatizar a necessidade de perceber esse universo como altamente diversificado. Portanto, a utilização de tóxicos não vai criar uma categoria única, mas sim uma constelação de grupos que têm em comum uma atividade clandestina e ilegal.

Vargas¹¹ prefere proceder a investigação sobre o assunto a partir de perguntas diferentes das colocadas anteriormente. Em vez de questionar “por que se usa drogas?”, ele acredita que são necessários questionamentos que deem conta do caráter singular deste uso: “‘Bateu?’, ‘rolou?’, ‘fez?’ são questões que os usuários se colocam e que visam à ocorrência de acontecimentos singulares: o ‘barato’, a ‘viagem’, a ‘onda’ da droga. Mas o que é o ‘barato’, a ‘onda’, a ‘viagem’? É difícil dizer, é difícil expressar, é difícil representar, pois são eventos que ‘rolam’, que se desenrolam com a experiência, que acontecem mediante experimentação”. Deste modo, a lógica do

uso de drogas deve ser inserida para Vargas dentro da ordem do “evento”, noção que deve ser utilizada

para evitar a redução da ação ao idioma da dominação, as infundáveis querelas entre indivíduo e sociedade, ou entre sujeito e estrutura como senhores da ação, bem como o gesto iconoclasta que parte o mundo em fatos e fetiches e não oferece alternativa além das posições opostas e complementares do realismo e do construtivismo, ou da dialética que pretende conciliar as duas posições ao preço de escavar ainda mais fundo o fosso que as separa. Latour sugere que, no lugar da escolha cominatória entre um sujeito que fabrica e fatos dados desde o início, ou dos torvelinhos dialéticos que pretendem superá-la, cabe se colocar aquém dessa fratura e seguir os movimentos que nos fazem fazer algo que nos surpreende, já que “sempre que fazemos alguma coisa nós não estamos no comando, somos ligeiramente surpreendidos pela ação”.

Vargas questiona: quem é o senhor do “barato”, da “onda”, da “viagem”? O indivíduo? A substância? A sociedade? O organismo? Para ele não é nenhum deles, “pois a ‘onda’ não tem senhor nem servo, controlador ou controlado: ela ocorre ou não ocorre, ‘rola’ ou não ‘rola’. Ela é da ordem do evento”. Não se trataria então de saber “quem é o senhor da ‘onda’, mas se ela passa ou não, acontece ou não. Problematizando ao modo de Tarde, a questão decisiva não é ser ou não ser drogado, mas saber se *há* ou *não há* ‘onda’, e o que ela carrega ou faz passar”.

Essa premissa é levada em conta mas parcialmente refutada por Maurício Fiore¹³, que parte do entendimento das drogas constituídas não só como objetos de atenção estatal mas enquanto “objetos de saber e prática social”. Fiore qualifica como “pertinente” a visão deste consumo como evento, mas acredita que ela deve ser encarada com “cuidado”, pois pode ignorar que o uso de drogas “é um *continuum* na vida dos indivíduos: não se deixa de ser um estudante branco, oriundo da classe média paulistana, quando se acende um cigarro de maconha e, ao mesmo tempo, não são todos os estudantes brancos de classe média que fumam maconha”.

A preocupação com esta pluralidade dos usos de drogas deve ser prioritária para a elaboração de hipóteses quanto às suas motivações. O uso de drogas não se dá desvinculado do contexto social mais amplo, mas tampouco se dá necessariamente determinado por ele em detrimento de particularidades dos

indivíduos e de seus contextos específicos – nas palavras de MacRae¹⁴, “as características do mundo social não podem ser separadas dos processos interpretativos pelos quais o mundo é constituído, realizado e explicado”. Como bem define Gilberto Velho¹⁵, “estudar drogas é estudar a sociedade”, e certamente este estudo deve primar pelo entendimento de que nenhuma sociedade é composta de elementos e motivações homogêneos. Continua Velho:

O uso de drogas é um fenômeno universal, em todas as sociedades existe alteração do estado de consciência, toda sociedade lida com isso, pode lidar mais ou menos deliberadamente, pode lidar através de rituais explícitos, claros, ou talvez não necessariamente tão explícitos; mas em qualquer sociedade, através de música, através de festa, através de religião, há situações nítidas de alteração de estado de consciência sistemáticas, com passagens de um estado para o outro. Isso é um fenômeno universal e quando você vai estudar drogas na sociedade moderna e contemporânea, você vai estudar uma dimensão dessa problemática mais geral; como, na sociedade moderna e contemporânea, se utiliza a droga, que grupos utilizam, como utilizam, como veem o uso da droga, como negociam o uso da droga com outros grupos.

Partilhando destes entendimentos e delimitações, não se pretende aqui classificar todos os diferentes usos possíveis de drogas na contemporaneidade nem apresentar estudos etnográficos sobre algum deles, mas apenas pontuar hipóteses de motivações para estes usos que estejam para além da que coloca a todos dentro da chave explicativa de “fuga da realidade”, e tentar apontar quais “modos de engajamento com o mundo”¹⁶ tais comportamentos podem ou não evidenciar.

2. GRAÇAS GRATUITAS COMO PORTAS NA MURALHA

“Os homens sempre desejaram habitar o sonho, ainda mais se ele for feliz”, lembra Tales Ab’Saber¹⁷, que complementa apontando ser possível “que esse seja um impulso básico, interior, a toda grande aventura e também uma das dimensões primordiais de toda cultura”:

Sempre quisemos comer as flores de lótus e os raios de sol e de mel que alimentavam os antigos gurus em sua meditação, ou ver transmutado o pão e o vinho na carne e no sangue de Deus, o cordeiro, em nós... Sempre buscamos dançar, namorar e pescar

nas praias das ilhas e nos céus dos paraísos artificiais, onde encontraríamos Baudelaire e Rimbaud, talvez, bebendo ou lutando com os piratas de Walt Disney (por que não?), ou entrarmos na lógica avessa, escorregadia e deleuziana da toca do coelho, visitarmos a Cocanha e a terra sem mal, guardarmos viva a memória do ópio e da boca de Baco em nós, ou saltarmos, nas costas do tigre, no céu livre da história, movidos a imagens-pensamentos e a conceito, na companhia de Benjamin, em um sopro de haxixe nas ruas de Marselha...

Em seu famoso ensaio *As portas da percepção*, Aldous Huxley¹⁸ qualifica como “extremamente improvável” que a humanidade possa existir sem o recurso aos “paraísos artificiais”. Inicialmente ele parece estar filiando-se à interpretação do uso de drogas como porto-seguro diante de uma realidade por demais opressora:

A maioria dos homens e mulheres leva uma vida tão sofredora em seus pontos baixos e tão monótona em suas eminências, tão pobre e limitada, que os desejos de fuga, os anseios para superar-se, ainda por uns breves momentos, estão e têm estado sempre entre os principais apetites da alma. A arte e a religião, os carnavais e as saturnais, a dança e a apreciação da oratória, tudo isso ter servido, na frase de H.G. Wells, de Portas na Muralha.

No entanto, ao prosseguir sua análise deste “impulso universal e permanente para a auto-transcendência”, ele aponta que a necessidade por drogas (e aqui está falando não só das ilícitas) não pode ser dominada simplesmente pelo recurso de proibição, de fechamento de certas “Portas na Muralha”: “A única política razoável seria abrir outras portas melhores, na esperança de induzir o ser humano a trocar seus velhos maus hábitos por práticas novas e menos prejudiciais”. Algumas destas novas portas seriam “de natureza social e tecnológicas, outras religiosas ou psicológicas e outras mais seriam dietéticas, atléticas e educacionais”. Ainda assim, conclui ser “inevitável que perdure, apesar de tudo, a necessidade de frequentes excursões químicas para longe da intolerável personalidade e dos repulsivos arredores de cada um”¹⁸.

Ou seja, para o escritor dos clássicos romances *Admirável mundo novo* e *A ilha*, mesmo em uma sociedade que ofereça aos seus membros uma ampla gama de atrativos que possibilitem a travessia da

muralha da angústia social, ainda assim permaneceria inscrita nos homens a necessidade da auto-transcendência, e neste caso não necessariamente como fuga de um mundo opressor mas sim como escape de sua própria personalidade, de seus próprios impulsos. Assim como Huxley, Henrique Carneiro¹⁹ vê as drogas como “necessidades humanas”, “parte indispensável dos ritos da sociabilidade, da cura, da devoção, do consolo e do prazer”.

Ao analisar sua experiência com mesalina, Huxley qualifica-a como uma “graça gratuita”, que permite uma libertação da “rotina e da percepção ordinária” na qual a contemplação é permitida e a noção de tempo se esvai, propiciando a vivência de um “perpétuo presente, criado por um apocalipse em contínua transformação” - é a “visão sacramental da realidade”. Entendimento bastante próximo ao de Jonathan Ott²⁰, que se apropria de William Blake para qualificar este tipo de vivência como o descobrimento do “infinito em todas as coisas”. Ao lado dos filólogos Carl Ruck e Danny Staples, do estudioso de cogumelos Gordon Wasson e do etnobotânico Jeremy Bigwood, Ott é um dos cunhadores do termo “enteógeno”, neologismo derivado de uma antiga palavra grega que significa “trazer o divino para si”.

Lembrando que, entre a extensa gama de substâncias alteradoras de consciência, existem aquelas que se distinguem dos efeitos inebriantes, excitantes ou sedativos, Carneiro²¹ cita o conjunto de plantas e de substâncias sintéticas que produzem “efeitos psicoativos muito peculiares e característicos”. Tais substâncias, vulgarmente conhecidas como alucinógenas, como por exemplo LSD, mesalina e psilocibina, “quase não produzem efeito fisiológico”, com a natureza fundamental de seu efeito sendo psíquica. O historiador prossegue:

No último século e meio, os estudos sobre as substâncias alucinógenas abrangeram tanto os usos sagrados tradicionais em diferentes culturas, como o uso contemporâneo internacional, onde diferentes consumos de tais drogas produziram diversos fenômenos dentro de uma ampla cultura da droga, que inclui o surgimento de novas religiões e de círculos científicos de pesquisa e experimentação, além de uma influência estética disseminada e de um uso recreacional popular, que supera a cultura exclusiva do álcool como lubrificante social.

Ressaltando o papel da particularidade de cada indivíduo frente a experiências psicoativas, Aldous Huxley¹⁸ alerta para a necessidade do uso se dar num

estado de ausência de angústias. Mesma advertência feita por Charles Baudelaire²², em seu Poema do haxixe:

Suponho que você teve a preocupação de escolher bem o seu momento para esta expedição aventureira. Toda orgia perfeita necessita de um perfeito repouso. Você sabe, além disso, que o haxixe cria o exagero não apenas do indivíduo, mas também da circunstância e do meio; você não tem deveres a cumprir que exijam a pontualidade e a exatidão; nenhuma tristeza de família; nenhuma dor de amor. É preciso ter cuidado. Esta infelicidade, esta inquietude, esta lembrança de um dever que reclama a sua vontade, sua atenção a um momento determinado soarão como um dobre de fundos em meio à sua embriaguez e envenenarão seu prazer. A inquietação será transformada em angústia; a tristeza, em tortura.

Alertando para as precauções a serem tomadas pelos indivíduos dispostos a empreender a experiência com os psicoativos, Baudelaire e Huxley afastam-se do discurso fetichista que trata as substâncias como detentoras de propriedades apriorísticas, seus efeitos dependem não só do ambiente no qual está envolvido o indivíduo como do estado psicológico deste. Preocupação na qual Vargas¹⁶ também se enquadra, ao propor uma consideração sobre as drogas através de uma “categoria complexa e polissêmica que recobre e reúne, por vezes de modo marcadamente ambíguo, como também isola e separa, tantas vezes de modo instável, matérias moleculares as mais variadas”:

Essas matérias moleculares constituem objetos sócio-técnicos que, embora sempre possam ser distinguidos conforme as modalidades de uso (matar, tratar, alimentar, por exemplo), não comportam diferenças intrínsecas absolutas ou essenciais, mas sempre e somente diferenças relacionais. Pois sucede às drogas (e aos medicamentos e alimentos) o mesmo que às armas (ou ferramentas): tais objetos sócio-técnicos permanecem integralmente indeterminados até que sejam reportados aos agenciamentos que os constituem enquanto tais.

3. ORTOPEDIA SOCIAL DA SOCIEDADE DE NORMALIZAÇÃO E USOS POSSIVELMENTE CONTESTADORES

Em *A verdade e as formas jurídicas*, Michel Foucault parte da estatização da justiça penal na Idade Média para localizar, na virada do século XVIII para o XIX, o surgimento do que chama de “sociedade disciplinar”, rótulo com o qual classifica a sociedade contemporânea. É neste momento que se efetiva uma mudança no aparelho jurídico-penal, que passa a tomar o criminoso como inimigo interno, a partir da noção de periculosidade, e que “tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos”²³.

Como aponta o filósofo francês, “toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer”. A noção de periculosidade define que o indivíduo deve ser encarado pela sociedade não pelos seus atos, mas por suas virtualidades, que devem ser vigiadas através do controle de seus comportamentos.

É instituída uma “ortopedia social” que se desenvolve em meio a uma série de instituições que enquadram o indivíduo ao longo de sua existência, de forma a controlar e corrigir suas virtualidades²³. Essa trama de relações disciplinares erige-se para além das leis, para além das regras como a vontade do soberano: “as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma”²⁴. E a jurisprudência para essas disciplinas é a do saber clínico, numa normalização que passa a colonizar os procedimentos da lei. A isso, Foucault chamou de “sociedade de normalização”.

As normalizações disciplinares vêm cada vez mais esbarrar contra o sistema jurídico da soberania; cada vez mais nitidamente aparece a incompatibilidade de umas com o outro; é cada vez mais necessária uma espécie de discurso árbitro, uma espécie de poder e de saber que sua sacralização científica tomaria neutros. E é precisamente do lado da extensão da medicina que se vê de certo modo, não quero dizer combinar-se, mas reduzir-se, ao intercambiar-se, ou enfrentar-se perpetuamente a mecânica da disciplina e o princípio do direito. O desenvolvimento da medicina, a medicalização geral do comportamento, das condutas, dos discursos, dos desejos, etc., se dão na frente onde vem encontrar-se os dois lençóis heterogêneos da disciplina e da soberania.

Vargas¹⁶ identifica um aumento constante na produção de drogas medicamentosas no século XX, especialmente a partir da década de 1940, o que é chamado por Dupuy e Karsent¹⁶ de “invasão farmacêutica”. Citando Foucault, Vargas lembra que esse processo é parte constituinte de outro “mais amplo de medicalização dos corpos e da vida, processo esse contemporâneo ao desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX”. No início do século XX praticamente nenhuma droga era objeto de controle, menos ainda de criminalização, e Vargas mostra que não é por coincidência que a criminalização de algumas substâncias tenha se dado em conjunção com tal invasão farmacêutica e com o crescimento da importância social das atividades biomédicas. “Também não é à toa que a restrição no sentido do vocábulo drogas tenha sido contemporânea desses processos. Daí que, em todos esses casos, as políticas de repressão a partir de então tornadas hegemônicas em torno das drogas consideradas ilícitas tiveram, nominalmente, um duplo fundamento: médico e jurídico”.

Ele prossegue notando que embora as políticas oficiais sejam desde então marcadas pela repressão e pela guerra às drogas, as relações que as sociedades contemporâneas têm mantido com estas substâncias são ambíguas, uma vez que a repressão convive com o consumo de drogas, no sentido amplo do termo, não só difundido como incitado. A partir deste análise, Vargas identifica como o uso de determinados psicoativos articula-se com diferentes modos de engajamento com o mundo, com modalidades de uso

pautadas pelo princípio de que “a boa morte” é aquela que deve ser, tanto quanto possível, adiada no tempo, isto é, pelo princípio segundo o qual a vida deve ser vivida em extensão; e que também estamos diante, dessa vez no caso dos usos não medicamentosos de drogas, de modalidades de uso de drogas que atualizariam outros modos de engajamento com o mundo, modos esses que se pautariam por considerar a vida, não mais em extensão, mas em intensidade.

No âmbito de uma sociedade medicalizada e normatizada, a cisão entre drogas lícitas e ilícitas leva a que estas sejam encaradas como a encarnação do Mal, enquanto aquelas – a despeito de terem também bons e maus usos possíveis – são apontadas apenas como passíveis de trazerem o Bem. Se Foucault vê nos dias

de hoje uma sociedade disciplinar, Vladimir Safatle tem mais proximidade com a definição de “sociedade do consumo”. Se o mundo da produção capitalista estava vinculado à ética do ascetismo, da acumulação, o mundo do consumo pediria uma “ética do direito ao gozo”²⁵. O discurso capitalista atual precisa “da procura pelo gozo que impulsiona a plasticidade infinita da produção das possibilidades de escolha do universo do consumo. Ele precisa da regulação do gozo no interior de um universo mercantil estruturado”. Não mais a repressão ao gozo, mas o gozo como imperativo.

Safatle cita Marcuse, que vê uma expropriação do inconsciente como neutralização social do conflito entre princípio de prazer e princípio de realidade através de uma “satisfação administrada”. A incitação ao gozo é elemento central na lógica de reprodução mercantil do capitalismo, nesse novo investimento que não é mais de controle-repressão e sim de controle-estimulação. Esta incitação permanente ao gozo gera culpa por não poder jamais ser plenamente saciada, e a hipótese de Isleide Fontenelle é de que essa culpa é suprida pelo próprio capitalismo em forma de mercadoria.

Sendo o imperativo do gozo por definição “impossível de se cumprir”, e estando a sociedade diante de culturas nas quais “as ideias de felicidade e saúde psíquicas se reduzem a projetos de conforto, segurança e auto-afirmação”, este projeto de bem-estar se realiza através do recurso à medicação, num processo cíclico no qual o desconforto é criado e suprido pelo apelo constante às mercadorias, sejam elas bens de consumo ou medicamentos que vão apaziguar sua insatisfação por não poder ter todos os bens de consumo que estão disponíveis. Como aponta Maria Rita Kehl,

sob efeito da medicação, o sujeito não se indispõe contra si mesmo nem interroga as razões de seu mal-estar: vai pelo caminho mais curto, que consiste em tornar-se objeto de seu remédio. O sujeito e sua medicação formam uma unidade indivisível: eis aí, afinal, uma promessa de realização do indivíduo – que, entretanto, não esconde a relação de dependência (da medicação, da droga, do álcool, etc.) que a sustenta.

Enquanto estimula o gozo como imperativo, o capitalismo atual acaba criando consumos abusivos das drogas legais que ele idealiza e também das drogas ilícitas que ele demoniza, ambos para suprir essa lacuna, essa culpa, essa falha que o indivíduo atribui a si mesmo. Interessante que dentro desta análise,

Maria Rita Kehl retoma em outros termos a reflexão de Huxley sobre a diferente forma de assimilação do tempo durante experiências psicoativas, referindo-se neste caso ao consumo de maconha:

A experiência, perdida para nós, de viver e trabalhar em um ritmo não ordenado pela produtividade permitia que o abandono dos sujeitos à temporalidade guardasse uma proximidade grande com o tempo do sonho, embalado por outra experiência que também se perdeu: a experiência do ócio, ou do tédio vivido sem angústia, como puro tempo vazio a ser preenchido pela fantasia. De todas as experiências subjetivas que a história deixou para trás, talvez a mais perdida, para o sujeito contemporâneo, seja a do abandono da mente à lenta passagem das horas: tempo do devaneio, do ócio prazeroso, dedicado a contar e a rememorar histórias. Uma experiência que os jovens buscam recuperar através do uso de certas drogas não-excitantes como a maconha, que fumam sozinhos ou em grupos – nesse caso, a troca de experiência ajuda a atenuar a angústia ante o retorno da temporalidade recalçada.

Ab'Saber¹⁷ afirma que “nossa busca intensa de experiências sobre a mais profunda instabilidade e insatisfação fazem de nossos corpos a bala que avança rumo ao futuro” – futuro que já poderia ser vislumbrado como vazio diante da “velocidade desumana” imprimida ao tempo presente pelo sistema-mercadoria. “A produção e reprodução do capital é a que rege nosso desejo cotidiano, forja nosso ser, nossas mediações técnicas abstratas e sem fim”, prossegue, lembrando que “um dia existiu uma forte tradição crítica moderna que concebia a revolução como o parar do tempo. Talvez ela esteja mais viva e necessária do que nunca”.

Paradoxalmente, o consumo de drogas pode tanto ser gerado por um sistema que toma o gozo como imperativo como contestá-lo em seus ideais de produtividade e disciplina. Mesmo as drogas ilícitas são mercadorias e partilham das regras do mercado capitalista em sua produção e distribuição, ainda que o controle do mercado neste caso específico se dê pela violência. No entanto, algumas formas de uso de algumas destas drogas podem ser enquadradas em condutas de contestação, seja em sua intenção ou na forma como podem trazer em si outras formas de sociabilidade não pautadas – ou menos pautadas – pela mercadoria. Como aponta Carneiro²¹,

A autonomia crítica da consciência exigiu o acesso ao arsenal do saber herbário e da

tecnologia psico-farmacológica como um dos direitos do espírito humano na busca do conhecimento de si próprio. A resposta política do Ocidente a essa demanda pelas chaves vegetais e químicas da consciência até hoje, contudo, foi negativa. O proibicionismo reinou sempre, inicialmente sob a égide da Igreja e, mais tarde, da Medicina. A Igreja Católica proibiu os frutos das árvores do conhecimento, como o ópio, os cogumelos amanita ou a cannabis, herança combatida do paganismo euroasiático e, durante a colonização moderna, desencadeou uma campanha para extirpar as “idolatrias” indígenas, e particularmente as suas plantas sagradas. A América proveu o mundo, entretanto, com algumas das mais fantásticas substâncias extraídas de plantas: a mescalina do cacto, a psilocibina do cogumelo, a harmalina do cipó, as triptaminas da leguminosa jurema, e o LSD análogo da trepadeira ipoméia.

Escohotado²⁹ acredita que, como meios de pensar e sentir de forma diferenciada, os “veículos ilícitos de embriedade” são capazes de afetar a vida cotidiana, o que num mundo no qual “a esfera privada é cada vez mais teleguiada” poderia representar “potencialmente uma revolução” ao proporcionar uma mudança na vida cotidiana. Vladimir Safatle, por sua vez, aponta que de Marcuse para cá o sistema evoluiu de forma que podemos falar hoje não mais em sociedade da satisfação administrada e sim em uma “sociedade de insatisfação administrada”²⁵, pois seria possível identificarmos uma “ironização absoluta dos modos de vida”. Os sujeitos não estariam mais chamados a identificarem-se com “tipos ideais construídos a partir de identidades fixas e determinadas”, mas sim inseridos num contexto em que suas identidades podem moldar-se de acordo com o estímulo de consumo e no qual o próprio sistema se apresenta de maneira “auto-irônica e crítica”. Ele cita Guy Debord, que em *A sociedade do espetáculo* já dizia que a própria insatisfação se transforma em mercadoria, para concluir que “a frustração com o universo fetichizado da forma-mercadoria e de suas imagens ideais possa transformar-se também em uma mercadoria”. Sob esse ponto de vista, cabe questionar em que medida é possível uma contestação através de substâncias que não só respondem à culpa causada pelo imperativo do gozo como são em si mercadorias altamente lucrativas, coisa que certamente continuariam a ser em caso de uma regulamentação de sua ilicitude. Não seria o primeiro exemplo de um

comportamento “desviante” ou “contestatório” absorvido pela ordem que tenta contestar.

4. USOS PRAGMÁTICOS, CIENTÍFICOS E CRIATIVOS

É exatamente a partir desta dicotomia entre um uso possivelmente contestatório e outro qualificado como “pragmático” que Almeida e Eugenio³⁰ partem para traçar um paralelo entre o recurso às “drogas” no contexto da contracultura dos anos 1960 e 1970 e o uso de psicoativos em festas de música eletrônica contemporâneas. Propõem um “paralelo entre as modalidades de hedonismo praticadas nos 1970” e “as que observamos hoje entre jovens integrantes de um segmento que, possivelmente, podemos encarar como a versão atual da ‘roda intelectual-artístico-boêmia carioca’ de que falava Velho”.

Através de entrevistas com pessoas que viveram ambientes de consumo de drogas supostamente contestatórios durante a ditadura militar brasileira, as autoras apontam que naquele contexto “o recurso às drogas revestia-se de uma aura transgressiva, fazia-se ato de resistência, era ingrediente fundamental de uma cruzada íntima para produzir ‘A Mudança’”, transformação singular que buscava romper com valores familiares e visões de mundos consideradas conservadoras. “As drogas eram, pois, recrutadas como agentes transformadores do eu, muitas vezes aliadas à psicanálise, para fazer face à família, ao Estado e à escola, que por sua vez operavam como agentes de verificação e marcação explícita do que vinha a ser considerado transgressão”³⁰.

Já nestes grupos específicos analisados na contemporaneidade, no qual o recurso às drogas (especialmente *ecstasy* e cocaína) se daria de forma “pragmática”, visando efeitos específicos, as autoras observam este uso “como instrumentos na produção da fruição, da *vibe* da festa” para a qual concorrem também a música, as companhias, os estímulos visuais das luzes negras e coloridas e do ambiente, as roupas extravagantes, etc. A relação com os psicoativos seria atravessada por “cálculo e controle”, erigindo-se como “ato de fruição” “despido de bandeiras ou de caráter reativo. Cabe ao sujeito governar-se de modo adequado, assim como cabe a ele estabelecer os próprios limites”. Esta “geração MTV” é vista pelas autoras “não sob a égide do valor de ruptura – os pais deles já o fizeram – mas sim sob o valor da continuidade”.

Os exemplos contrapostos pelas autoras nos ajudam a ver como o recurso ao uso de psicoativos não pode ser dissociado do contexto no qual é realizado. Se nos anos 1960 e 1970 ele tinha determinada conotação para determinado grupo,

neste caso a “transgressão”, no mesmo período poderia haver diversas outras conotações. E se hoje os valores contraculturais parecem ser menos reivindicados pelos jovens, de todo modo há diversos usos que não se restringem à suposta “fuga da realidade”, como o uso “pragmático” apontado por Almeida e Eugenio – jovens que se utilizam de drogas para obterem efeitos determinados em períodos também muito determinados, depois dos quais seguem suas vidas normalmente.

Henrique Carneiro³¹ vê diversos outros usos possíveis quando aponta LSD, DMT, MDMA como “algumas das principais substâncias que podem oferecer instrumentos de êxtase para usos estéticos, cognitivos, psicoterapêuticos, religiosos, sensuais, poéticos ou lúdicos com um potencial muito efetivo no combate à depressão, ansiedade, angústia e outras dores da alma”. Para o historiador, “a diferença entre essas moléculas psicodélicas e os produtos da indústria psicofarmacêutica reside na sua forma de circulação”.

Um exemplo é dado por Ab’Saber¹⁷, que vê a banda inglesa de rock *The Beatles* como, através de seu “famoso registro lírico, elegante e experimental”, responsável por elevar “o pop ao estatuto definitivo de algo digno de ser pensado”. Para o autor, durante os anos 1960 esses jovens músicos “foram capazes de pensar o objeto droga na sua maior amplitude e precisão, desenhando de modo quase analítico, rigoroso e estético a própria linguagem da mais plástica, espetacular e sensorial de todas as drogas”:

O modelo do ácido lisérgico parece ter aparecido para eles com a sua própria dimensão material, mineral ou química, e o que se tentou dar conta em Sargent Pepper’s Lonely Hearts Club Band é, de maneira reflexiva, irônica e até mesmo épica, no sentido claramente brechtiano e moderno do termo, o modo com que a própria coisa funciona, a natureza de pensabilidade da forma lisérgica. Inventou-se ali todo um sistema estético sobre o objeto droga de modo mais ou menos semelhante como o que Freud operou com a forma sonho, como uma forma que produz, na sua própria formatação, um amplo tipo de conhecimento humano.

Além dos usos lembrados por Carneiro, fortalece-se cada vez mais o entendimento das potencialidades medicinais e científicas de diversos psicoativos, desde a maconha ao LSD, passando pela Ayahuasca. No caso da maconha, por exemplo, Malcher-Lopes e Ribeiro³²

apontam que “atualmente os canabinóides estão entre as melhores perspectivas de sucesso no tratamento de diversos males severos para os quais ainda não há tratamento adequado”. Com a descoberta de moléculas análogas aos princípios ativos da maconha dentro do cérebro humano vislumbra-se uma “guinada científica” que mostra grandes potenciais:

Neste início de século XXI, acredita-se que os canabinóides possam estar envolvidos na remodelação dos circuitos neuronais, na extinção de memórias traumáticas, na formação de novas memórias e na proteção de neurônios. O sistema endocanabinóide é fundamental no controle da resposta imune, apetite, sono, estresse, emoção, dor, locomoção, funções cardiovascular e broncopulmonar, pressão, intra-ocular, inflamação e reprodução, entre outros aspectos da fisiologia e do comportamento. A desregulação do sistema canabinóide pode estar envolvida nas causas da depressão, dependência psicológica, epilepsia, esquizofrenia e doença de Parkinson. Essa exuberante variedade de efeitos indica que os canabinóides agem no entroncamento de muitas vias metabólicas diferentes, funcionando como um coringa bioquímico de inúmeras faces. Isso indica que, se por um lado existem os perigos do abuso da maconha, por outro existe um enorme potencial terapêutico.

No caso mesmo dos psicodélicos - ou alucinógenos- diversas vertentes de pesquisadores fizeram uso destas substâncias como coadjuvantes em tratamentos, algumas delas obtendo resultados encorajadores: Carneiro²¹ cita como casos exemplares o "sucesso excepcional" na recuperação de alcoólicos e em pacientes terminais e prossegue:

Nos anos 1960, Alberto Fontana adotou, na Argentina, psicodélicos em terapia psicanalítica. Na Tcheco-Eslováquia, Stanislav Grof começou um trabalho de pesquisas, que foi desenvolvido posteriormente na Califórnia, como investigação dos estados perinatais, utilizando psicodélicos em experiências de regressão. No Brasil, houve uma utilização científica de LSD no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, inclusive com experiências sobre criatividade, vertente já explorada desde Havelock Ellis e, mais recentemente, por Stanley Krippner, nos Estados Unidos, mas que foram abortadas pela interdição legal de experimentação científica com psicodélicos.

Schenberg³³ retoma a origem do termo "psicodélico", cunhado pelo psiquiatra britânico Humphry Osmond, em carta ao escritor e amigo Aldous Huxley, unindo os termos gregos “ψυχή” (psyche, mind) e “δήλος” (delos, manifesting), resultando em “Que manifesta a mente” antes de elencar alguns dos flancos de pesquisas mais frutíferos no momento, como uso de psilocibina para aliviar sofrimento de pacientes com câncer terminal, o uso de MDMA para tratamento de Estresse Pós-traumático e Transtorno Obsessivo Compulsivo e “a descoberta de que doses diminutas (menores do que a dose psicoativa) de DOI, análogo sintético do LSD, podem interferir com o sistema imune e a resposta inflamatória, abrindo avenidas inéditas para tratamento de desordens alérgicas e doenças autoimunes”.

Já Villaescusa³⁴ aponta resultados “promissores” do uso de LSD nos seguintes campos: alcoolismo, depressão, ansiedade e dor em doentes terminais, desenvolvimento pessoal e criatividade, misticismo e espiritualidade, reinserção social de delinquentes, tratamento de neurose em terapia individual e grupal, disfunções sexuais e doenças psicossomáticas.

"Não se deve reduzir a questão das drogas a uma dimensão simplista: usá-las ou não", afirma Passetti³⁵. "Na literatura há inúmeros exemplos de obras criadas a partir de experiências com haxixe, ópio, maconha, mescalina, láudano e álcool, entre outras", prossegue o autor, que cita Baudelaire, que teria dito que as drogas só produzem estados de espírito interessantes em pessoas que já são interessantes, "porque imaginações grosseiras produzem visões grosseiras". Além de Baudelaire, Passetti apresenta trechos de Fernando Pessoa, De Quincey, Keats, John Lennon, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Antonin Artaud e William Burroughs, entre outros, para ressaltar o papel do uso e da reflexão sobre psicoativos como parte da criação artística.

Na compilação de textos e fragmentos *Haxixe*, de Walter Benjamin³⁶ o pensador alemão salienta mais um aspecto presente em certos consumos de substâncias psicoativas, o fato de que certas drogas “aumentarem consideravelmente o prazer da convivência entre parceiros, a tal ponto que não é raro manifestar-se uma espécie de misantropia entre eles”: lidar com alguém que não participe deste tipo de práticas pode chegar a ser “tão penoso quanto inútil” para esse grupo de pessoas. “Óbvio que esse encantamento não deriva apenas da conversação”, conclui.

Em outros momentos dos fragmentos apresentados na obra, Benjamin formula diversas formas de se pensar a alteração de consciência, chegando, por exemplo, a ver no haxixe “aquela dissipação da própria existência que conhecem os apaixonados”;

Quero crer que o haxixe sabe persuadir a natureza a conceder-nos, de modo menos egoísta, aquela dissipação da própria existência que conhecem os apaixonados. Quando amamos, nossa existência escorre pelos dedos da natureza como moedas de ouro que ela não consegue reter, e que deixa passar para poder empunhar um novo rebento; aqui também, sem qualquer esperança ou expectativa, com as mãos abertas, ela nos atira de encontro à existência.

5. MOBILIZAR PARA A REVOLUÇÃO AS ENERGIAS DA EMBRIAGUEZ

Em *Surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia*, Walter Benjamin³⁷ aborda este movimento nascido na França ao final da segunda década do século XX e que levou “a ‘vida literária’ até os limites extremos do possível”, sendo, na visão do autor, muito mais do que um movimento meramente “artístico” ou “poético”, visões classificadas por ele como simplistas. “A vida só parecia digna de ser vivida quando se dissolvia a fronteira entre o sono e a vigília, permitindo a passagem em massa de figuras ondulantes”, aponta a respeito das origens do grupo, prosseguindo: “e a linguagem só parecia autêntica quando o som e a imagem, a imagem e o som, se interpenetravam, com exatidão automática, de forma tão feliz que não sobrava a mínima fresta para inserir a pequena moeda a que chamamos ‘sentido’”.

“Lenin chamou a religião de ópio do povo, aproximando assim essas duas esferas muito mais do que agradaria aos surrealistas”, continua Benjamin, para quem a “superação autêntica e criadora da iluminação religiosa” se daria através de uma “iluminação profana, de inspiração materialista e antropológica”, processo no qual drogas como haxixe e ópio, entre outras, poderiam servir de “propedêutica” - como forma de introdução, de estímulo. O alemão se aproxima neste ponto da formulação do estadunidense Terence McKenna, para quem os psicodélicos eram “catalisadores do inconformismo social”, “agentes descondicionadores” que poderiam, portanto, ser parte desta iluminação profana que propõe Walter Benjamin.

Para Benjamin, “em todos os seus livros e iniciativas, a proposta surrealista tende ao mesmo fim: mobilizar para a revolução as energias da embriaguez”, essa seria sua “tarefa mais autêntica”. “Sabemos que um elemento de embriaguez está vivo em cada ato revolucionário”, prossegue o pensador alemão, não sem ressaltar que “isso não basta”, já que esse elemento teria “caráter anárquico”: “Privilegiá-lo exclusivamente seria sacrificar a preparação metódica e disciplinada da revolução a uma práxis que oscila entre o exercício e a véspera da festa. A isso se acrescenta uma concepção estreita e não-dialética da embriaguez”.

“De nada nos serve a tentativa patética ou fanática de apontar no enigmático o seu lado enigmático; só devassamos o mistério na medida em que o encontramos no cotidiano, graças a uma ótica dialética que vê o cotidiano como impenetrável e o impenetrável como cotidiano”, defende Benjamin, que exemplifica buscando aprofundar a reflexão:

Por exemplo, a investigação mais apaixonada dos fenômenos telepáticos nos ensina menos sobre a leitura (processo eminentemente telepático) que a iluminação profana da leitura pode ensinar-nos sobre os fenômenos telepáticos. Da mesma forma, a investigação mais apaixonada da embriaguez produzida pelo haxixe nos ensina menos sobre o pensamento (que é um narcótico eminente) que a iluminação profana do pensamento pode ensinar-nos sobre a embriaguez do haxixe. O homem que lê, que pensa, que espera, que se dedica à flânerie, pertence, do mesmo modo que o fumador de ópio, o sonhador e o ébrio, à galeria dos iluminados. E são iluminados mais profanos. Para não falar da mais terrível de todas as drogas - nós mesmos - que tomamos quando estamos sós.

Em seu inédito artigo “O marxismo e as drogas” Henrique Carneiro destaca que “a importância econômica, política e moral do fenômeno contemporâneo do proibicionismo foi insuficientemente ressaltada, contudo, no debate sociológico em geral e no marxista, em particular”, também não sendo “suficientemente estudado e analisado pelas ciências humanas contemporâneas de um ponto de vista de uma teoria crítica e revolucionária”.

Para Carneiro, a maior parte da sociologia marxista, influenciada pelo regime soviético e pelos partidos comunistas, “condenou as drogas, na época psicodélica dos anos sessenta do século passado,

como sendo expressão de um exacerbado fetichismo da mercadoria, uma forma de escravização dos sujeitos humanos a objetos e, portanto, uma forma de alienação ou 'reificação', ou seja, uma coisificação".

Lembrando-se de Antonio Gramsci³⁸ e Walter Benjamin como exceções, o historiador observa que "a famosa frase de Marx a respeito da religião como o 'ópio do povo', serviu para uma condenação ao mesmo tempo das drogas e do sentimento religioso".

Na verdade, essa frase da introdução à Crítica da Filosofia do Direito em Hegel sempre foi mal citada, pois sempre apresentada fora do seu contexto. Marx considerava a religião nesse texto como "as flores imaginárias" que adornam os grilhões que acorrentam a humanidade. Mas a condenação não se dirige às flores em si mesmas. Ao contrário, é para se quebrarem as cadeias e se apanharem as flores reais de que é necessária a crítica à religião, para dissipar a sua ilusão consoladora, para que o homem, desenganado, possa abandonar as crenças no além para encarar a realidade de frente.

Marx subestimou, entretanto, a força do imaginário das flores - as formas da "fantasia e da consolação" - e, portanto, o poder da imaginação -, no seu sentido psicológico mais profundo, aquele que Freud apontou como sendo um substrato da condição humana: evadir-se da dor da realidade por meio da "fruição da beleza", a qual contém uma qualidade "tenuemente intoxicante". "A arte nos induz a uma suave narcose", escreveu Freud, e de fato, a qualidade narcísica da narcose (e de onde o seu parentesco etimológico) é a de permitir um refúgio diante das agruras do mundo. Ou, como nas palavras de Marx, sobre a religião, "é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito".

Carneiro prossegue defendendo não ser casual tal analogia entre droga e religião, uma vez que ambas buscariam fornecer "o grau último da consolação, do anestesiamiento, da analgesia moral e física" e questiona: "Ora, não serão tais consolos para a dor algumas das necessidades humanas mais prementes? Poderia se dar um uso não evasivo, ilusório ou consolador para as drogas, poderiam estas ser instrumentos de conhecimento e prazer, através de um uso lúcido? Teria a religião desenvolvido um arsenal cultural que poderia ser despreendido de sua função social de força promotora do conformismo?".

Benjamin, citado por Pinchbeck³⁷, vislumbrava a aparição do capitalismo não só como um despertar tecnológico e racional, mas, sobretudo como um "novo dormir" cheio de sonhos e perigosas forças místicas de ordem diferente das superadas pelo novo sistema. O culto da razão e do empirismo científico poderia ocultar, mas jamais destruir seus antecessores místicos, com a ideologia mecanicista do modernismo sendo, na realidade, uma substituição do transe extático dos antigos pelo da mercadoria.

Crítica do capitalismo e sua religião, a mercadoria, a esquerda brasileira permaneceu por muitos anos com o entendimento, fortalecido nos anos 1960 e descrito anteriormente por Carneiro, das drogas apenas como forma de alienação ou fuga da realidade, identificadas com o próprio capitalismo. Mesmo que os anos 2000 tenham representado considerável avanço neste sentido, principalmente por conta do ascenso do movimento social antiproibicionista, ocorrido por fora e até em confronto com as organizações tradicionais de oposição ao status quo, ainda não está ausente da tradição e do presente da esquerda brasileira uma visão fetichista das substâncias tornadas ilícitas há cerca de um século, vistas não na complexidade que suas muitas possibilidades de uso e experimentação apresentam, mas apenas na mesma chave negativa propagada pela moral proibicionista.

Agindo assim, não só a fundamental crítica aos nefastos efeitos sociais e políticos do proibicionismo permaneceu, quando muito, relegada ao último escalão das preocupações dos grupos e indivíduos propositores de outro mundo, mas também as energias da embriaguez mantiveram-se afastadas da revolução, distante do que propunha Benjamin. Perdeu potencial de iluminação profana o êxtase, perdeu potencial de transformação a revolução. Ganharam o proibicionismo, a injustiça, o preconceito, a violência, a opressão. Consciente de minhas limitações, busquei neste artigo e em minha dissertação contribuir para um melhor posicionamento da questão no debate público e acadêmico, processo felizmente já em curso..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Freud S. O mal-estar na cultura. Porto Alegre: L & PM. 2010.
2. Becker H. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar. 2007.
3. Delmanto J. (Dissertação) Camaradas caretas: drogas e esquerda no Brasil após 1961. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2013.
4. Rezede JR, Benedito M. Ousar lutar: memórias da guerrilha que vivi. São Paulo: Boitempo. 2000.

5. Buarque de Hollanda H. Pereira CAM.(orgs). Patrulhas ideológicas. São Paulo: Brasiliense. 1980.
6. Sirkis A. Carbonários. São Paulo: Círculo das Letras, 1980.
7. Risério A. Em torno da contracultura. Terra. 2008. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2751184-EI6608,00-Em+torno+da+contracultura.html>. Acesso em: 15.05.2013.
8. Abramo P. Proibido ficar perplexo. Teoria e Debate. (3), jun. 1988. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/n%C2%BA-03-junho-de-1988>. Acesso em: 15.05.2013.
9. Delmanto J. Drogas: o proibicionismo nos movimentos sociais. Outras Palavras, 2011. Disponível em: <http://rede.outraspalavras.net/pontodecultura/2011/10/19/cul-par-as-substancias-o-proibicionismo-dentro-do-movimento-social/>. Acesso em: 15.05.2013.
10. Vargas EV. Uso de drogas: alter-ação como evento. Ver Antropol, 49(2), jul/dez 2006, pp. 581-623.
11. Velho G. Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1998.
12. Fiore M. Consumo de substâncias psicoativas: sujeitos substâncias e eventos. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul - Buenos Aires. 2009.
13. MacRae E. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In: Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Tavares LA. Almeida AR(orgs.), Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA. 2004.
14. Fiore M. O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política. Entrevista concedida por Gilberto Velho. In: Labate B. et al(org.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA. 2008.
15. Vargas EV. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: Labate, B. et al. (org.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA. 2008.
16. Ab'Saber TAM. A música do tempo infinito. São Paulo: Cosac Naify. 2012.
17. Huxley A. As portas da percepção / Céu e inferno. São Paulo; Globo. 1995.
18. Carneiro H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. Rev Outubro 2002. (6).
19. Ott J. Pharmacotheon: drogas enteogénicas, sus fuentes vegetales y su história. Barcelona: La Liebre de Marzo, 2000.
20. Carneiro H. A odisséia psiconáutica: a história de um século e meio de pesquisa sobre plantas e substâncias psicoativas. In: Labate, B. Goulart, S. (Orgs.). O Uso ritual das plantas de poder. Campinas: Mercado de Letras. 2005.
21. Baudelaire B. Paraísos artificiais: o haxixe, o ópio e o vinho. Porto Alegre: L & PM. 2007.
22. Foucault M. A verdade e as formas jurídicas. São Paulo: NAU Editora. 2002.
23. Foucault M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
24. Safatle V. A falência da crítica. São Paulo: Boitempo. 2008.
25. Foucault M. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 1981.
26. Fontenelle I. Fetiche do eu autônomo: consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria. 2010.
27. Kehl MR. O tempo e o cão: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo. 2009.
28. Escohotado A. História general de las drogas. Madri: Espasa-Calpe. 2008.
29. Almeida MIM. Eugenio, F. Paisagens Existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às “drogas” no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. In: Labate, B. Goulart, S. (orgs) et al. Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA. 2008.
30. Carneiro H. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In; Labate, B. et al. (orgs). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA. 2008.
31. Malcher-Lopes R. Ribeiro S. Maconha, cérebro e saúde. Rio de Janeiro: Vieira & Lent. 2007.
32. Schenberg E. Ciência psicodélica no século XXI. 2010, Disponível em: <http://neip.info/index.php/content/view/2469.html>. Acesso em: 15.05.2013.
33. Villaescusa M. Aplicaciones de la LSD en psicoterapia: una historia interrumpida. 2006. Disponível em: <http://neip.info/index.php/content/view/2469.html>. Acesso em: 15.05.2013.
34. Passetti E. Das fumeries ao narcotráfico. São Paulo, EDUC, 1991.
35. Benjamin W. Haxixe. São Paulo: Brasiliense, 1984.
36. Benjamin W. Surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia. In: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense. 1987.
37. Pinchbeck D. Uma historia de las drogas: un viaje al corazón del chamanismo contemporáneo. Barcelona: RBA Libros, 2007.
38. Gramsci A. Americanismo e fordismo. São Paulo: Hedra, 2008.